

*[Handwritten signature]*

# **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES DE COURA**



**ATA N.º 05/2012  
(Mandato 2009/13)**

**DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2012**

**CONTÉM 14 PÁGINAS**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 05/2012 DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2012 INICIADA ÀS 21,00 HORAS E CONCLUÍDA ÀS 23,00 HORAS.

Sumário

Páginas

<b>= ABERTURA =</b>	<b>3</b>
<b>= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =</b>	<b>4</b>
= ACTA DA SESSÃO ANTERIOR =	4
=APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES =	5
=INTERVENÇÕES POLITICAS DOS GRUPOS MUNICIPAIS =	6
<b>ORDEM DO DIA =</b>	<b>8</b>
= APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICIPIO =	8
= DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2013 =	9
= ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2012 =	11
= ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL =	11
= ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS, NOS TERMOS DA LEI Nº 49/2012 =	12
= ABONO PARA DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO =	13
= AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS =	13
<b>= INTERVENÇÃO DO PÚBLICO =</b>	<b>13</b>
<b>= ENCERRAMENTO =</b>	<b>14</b>



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### = ABERTURA =

----- No dia vinte e um do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, no Salão Nobre dos Paços do Município, sob a presidência de José Augusto de Brito Pacheco, secretariado por Luisa Maria da Costa Gomes de Castro e Perfeita Barreiro de Araújo Esteves, primeira e segunda secretárias, respetivamente, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea b), nº 1, do artigo 54º e do n.º 1 do artigo 49º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 14 de setembro, convocada pelo edital do dia dez do mês de dezembro do ano de dois mil e doze. -----

-----Registou-se a falta de Isabel Maria Marques Nolasco da Silva Vaz (PS), Paulo Manuel Dantas Rosa (PPD/PSD); João Manuel da Cunha (PPD/PSD); Celso Guerreiro Barbosa (PPD/PSD); Eugénio Octávio Gonçalves Pereira (PS); que nos termos legais, procederam à respetiva justificação. -----

-----Registou-se a presença dos seguintes membros: José Augusto de Brito Pacheco (PS); Décio Brandão Guerreiro (PPD/PSD); Rosalina Maria Barbosa Martins (PS); Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS); Maria Eugénia Guedes Soares Sousa (PPD/PSD); Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS); João Paulo da Cunha Alves (PCP-PEV); Francisco Sousa Cruz (PPD/PSD); Perfeita Barreiro de Araújo Esteves (PS); José Augusto Amorim Oliveira (PS); José Pereira da Cunha (PPD/PSD); Manuel Joaquim da Costa Tinoco (PS); Maria Elisabete Freitas Ribeiro (PPD/PSD); Olímpio António Fernandes Caldas (PPD/PSD); Ivan Mata Morais (PS); Cláudia Maria Fernandes Soares (PCP-PEV), Carlos Manuel de Sousa Barbosa (PS); Iolanda Maria Cerqueira Pereira (PS); Baltasar de Castro Fernandes (PS); João Barbosa Cerqueira (PS); Carlos Alberto Fernandes Pereira (PPD/PSD); Daniel Rodrigues Barbosa (PS); Maria Etelvina Lima Saraiva da Cunha Rocha Montenegro (PS); José João Gomes Gonçalves (PPD/PSD); Eduardo José de Oliveira Dias (PS); Manuel Lopes Fernandes (PS); António Soares Gonçalves Pereira (PS); Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS); Amândio Libério Meireles Pinto (PPD/PSD); Manuel Alfredo Barbosa Nogueira (PS); Amâncio Barbosa (PS); Anésio Pereira Barbosa (PPD/PSD); Joaquim Felgueiras Lopes (PS); Agostinho Lourenço Fernandes de Sá (PS); António Gonçalves Barbosa (PS); José de Sousa Amorim (PPD/PSD); Francisco Gonçalves Dias (PS); Maximiano Teixeira da Costa (PS).-----

-----Do Presidente da Câmara – António Pereira Júnior e dos Vereadores: Manuel Pinheiro Monteiro (PS); Alexandra Maria Barbosa de Marinho (PS) e Albano Rodrigues de Sousa (PSD).-----

### -----Substituições:-----

-----José Augusto Viana de Sousa (PSD) foi substituído por Ana Maria Brandão Guerreiro Veiga. -----

-----Isabel Maria Marques Nolasco da Silva Vaz (PS) foi substituída por Tiago Manuel Pereira da Cunha. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----João Manuel da Cunha (PPD/PSD) foi substituído por Mário Fernandes Cunha.-----

-----Celso Guerreiro Barbosa (PPD/PSD) foi substituído por Maria Emília Cunha Martins.-----

-----Eugénio Octávio Gonçalves Pereira (PS) foi substituído por Filipa Sofia Vieira Cunha.-----

----- O **Presidente da Assembleia**, verificando haver *quorum*, declarou aberta a sessão. -----

= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =

= **ACTA DA SESSÃO ANTERIOR** =

-----**Ponto n.º 1 – Leitura do expediente, bem como dos anúncios que o regimento impuser.** --

-----Da listagem do expediente, distribuída a todos os membros, o Presidente da Assembleia destacou o assunto relacionado com o desfecho do processo do Major Pedro Barreiro, ex-membro da Assembleia Municipal, que reclamava o pagamento de uma remuneração cifrada em cerca de oitenta mil euros, resultante da diferença entre os seus vencimentos como Oficial do Exército, entre 04 de Janeiro de 2002 e 26 de Abril de 2005, período em que foi membro da Assembleia, em substituição das senhas de presença. Informou do Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte, inteiramente favorável ao Município, confirmando a sentença de 1ª Instância. -----

-----No contexto do processo da agregação de freguesias, o Presidente da Câmara informou que, por iniciativa da Junta da freguesia de Ferreira, foram solicitadas audiências aos Grupos Parlamentares, tendo-se deslocado à Assembleia da República todas as juntas onde se previa a agregação de freguesias, de forma a dissuadir a aprovação da agregação sem o aval das populações, mas que ficaram com a sensação de que a decisão iria refletir a opinião da maioria, ou seja, do PSD e do CDS.-----

-----As atas das sessões anteriores, oportunamente distribuídas e dispensadas da sua leitura, depois de submetidas à votação, foram aprovadas: -----

-----A ata nº 04, da sessão ordinária de 22-09-2012, foi aprovada por maioria, com duas abstenções, do PSD, por não terem estado presentes.-----

-----A ata nº 01, da sessão extraordinária de 02-10-2012, foi aprovada por maioria, com três abstenções, sendo duas do PSD e uma do PS, por não terem estado presentes.-----

-----A ata nº 02, da sessão extraordinária de 29-11-2012, foi aprovada por maioria com três abstenções, sendo duas do PSD e uma do PS, por não terem estado presentes.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**=APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES =**

-----Ponto n.º 2 - Apresentação de assuntos relevantes para o município e à emissão de votos e moções. -----

-----**Maximiano Costa**, representante da Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios informou que, em 28 de novembro, reuniu a Comissão Municipal de Defesa da Floresta, onde foram apresentadas as ações desenvolvidas no âmbito da defesa da floresta, enquadradas no plano de defesa da floresta entre 2007-2011, tais como, faixas de gestão de combustível nas linhas elétricas, ao longo da rede viária, nos aglomerados populacionais, beneficiação da rede viária florestal, pontos de água, ações de sensibilização, plantação de árvores, etc. -----

-----Que definiram a estratégia para o plano de ação do plano municipal de defesa da floresta para o próximo quinquénio 2013-2017, solicitando às entidades envolvidas, GNR, Bombeiros, EDP, Estradas de Portugal, Juntas de Freguesia e outras, a sua melhor contribuição. -----

-----Por fim, e na sua qualidade de representante da Comissão, disse ter-lhe sido solicitado que transmitisse aos presidentes das juntas e dos órgãos gestores dos baldios o pedido da entrega de contributos para a revisão do plano de defesa da floresta contra incêndios. Que no ofício distribuído vêm mencionados os aspetos mais relevantes, solicitando a colaboração de todos. -----

-----**Joaquim Lopes**, representante do Conselho Municipal de Educação (CME), informou que no dia 26 de setembro reuniu o CME, tendo-se verificado que tudo decorria normalmente. Estando ainda no início das aulas, havia poucos assuntos em discussão. -----

-----Na qualidade de representante dos presidentes de junta informou que no dia seguinte haveria uma deslocação dos autarcas a nível nacional para cantar os reis junto do palácio de Belém. Solicitou a colaboração de todos no envio dos postais de Natal ao Presidente da República. -----

-----Disse que o presidente da delegação de ANAFRE havia dito que a lei relativa à agregação das freguesias havia sido aprovada na generalidade e agora seria aprovada na especialidade e que é possível que nesta fase possa haver alguma alteração. -----

-----Sugeriu, ainda, em contestação com a aprovação da lei e no seguimento da intenção de demissão que foi pronunciada, que o PSD de Paredes de Coura não apresente candidato nas próximas eleições. -----

-----**Décio Guerreiro** (PSD) Solicitou esclarecimento acerca de que comissão se enquadra o discurso proferido pelo interveniente anterior. -----

-----O Presidente da Assembleia esclareceu que interveio na qualidade de representante do Conselho Municipal de Educação e de representante dos presidentes das juntas. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista foi apresentado um 'Voto de Pesar', relativo ao falecimento de Virgílio José da Cunha, ex-presidente da Junta da freguesia de Cunha, que se anexa à presente ata como seu documento e dela fica a fazer parte integrante. -----

-----O Voto de Pesar depois de submetido à votação, foi aprovado, por unanimidade. -----

### **=INTERVENÇÕES POLITICAS DOS GRUPOS MUNICIPAIS =**

-----Ponto n.º 3 – Intervenções políticas pelos grupos municipais: -----

-----**João Paulo Alves (PCP)**: referiu que o atual governo definiu alguns grandes eixos relativamente à reforma administração local que considerou muito importantes, a saber o sector empresarial local; a organização do território; a gestão intermunicipal e financiamento. Este último, cujo estudo tem em mãos que disse reunir modelos de competência, de financiamento, de governação, de gestão e transferência de recursos para as CIMs, tem por referência a CIM do ALTOMINHO e a CIRA, da zona de Aveiro, do Baixo Vouga. -----

-----O documento preconiza o enquadramento legal das CIM, em três pontos apenas: a) articulação de investimentos municipais de interesse intermunicipal; b) participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional no âmbito do QREN; c) planeamento das atuações de entidades públicas de carácter supramunicipal. Resumindo, assegurar a articulação das atuações entre municípios e a administração central. Assim, através deste estudo verifica-se que o Governo quer reforçar as competências das comunidades intermunicipais e também a criação de uma nova classe de dirigentes locais. -----

-----Comparando todo o tempo despendido na discussão da fusão das freguesias considerou haver aspectos mais relevantes para discutir, nomeadamente as competências dos municípios susceptíveis de serem exercidas e transferidas para as CIM, que enumerou: ordenamento do território, em termos de assessoria na elaboração e revisão de planos municipais de ordenamento do território, e a cartografia; na área dos transportes e comunicações: aos transportes regulares locais, os transportes escolares, a manutenção de infraestruturas viárias; na proteção civil: a gestão intermunicipal dos serviços; na gestão florestal: o planeamento florestal e a gestão das matas e florestas; no desenvolvimento local: a gestão de parques empresariais e a política de turismo local; na área de serviços gerais: os serviços médico-veterinários e o canil municipal; na gestão de recursos humanos: a formação e a mobilidade, a defesa do consumidor, e ainda o ambiente; a exploração e gestão de sistemas municipais de captação: tratamento e distribuição de água; exploração e gestão de sistemas municipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, exploração e gestão de sistemas municipais de recolha e tratamento de resíduos sólidos; na educação: a gestão do parque escolar municipal, a ação social escolar e cantinas, a gestão do pessoal não docente; na cultura: a programação cultural; no desporto: a gestão de equipamento desportivos municipais; na habitação: a construção e gestão da habitação social, nos serviços gerais: a assessoria jurídica, o aprovisionamento e a informática. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Considerou esta intenção de transferência, uma extorsão ao poder local, que atinge um patamar inaceitável e que estes aspetos são referentes à gestão, questionando como será quanto à governação, como vão ser eleitos os órgãos colegiais. Criado um órgão colegial, onde os concelhos em vez de terem direito a um voto terão mais peso de acordo com a população. Citando como exemplo a CIM Alto Minho, onde haveria dois concelhos com um peso fortíssimo – Viana do Castelo e Ponte de Lima. -----

-----Alertou para aspetos importantes a que a Assembleia não tem considerado e questionou os representantes dos grupos municipais se têm conhecimento disso.-----

-----Expressou o seu receio de num futuro próximo, um concelho como o de Paredes de Coura, perca o seu significado e deixe de existir. -----

-----**Presidente da Assembleia:** Agradeceu que este assunto tivesse sido trazido à Assembleia, embora a sua abordagem já tenha sido referida numa das últimas sessões.- -----

-----**Presidente da Câmara:** Lembrou já ter alertado, numa sessão anterior, que o que se previa em termos de funcionamento e de reorganização administrativa, não antecipava nada de bom e que determinadas situações, as considerava um atropelo ao poder local.-----

-----Referiu ter conhecimento do estudo piloto que incidiu sobre as CIM do Minho Lima e da CIM de Aveiro, assunto já discutido com outros presidentes de câmara e da sua apresentação pelo Secretário de Estado. Transmitiu ainda que está em estudo um projeto de lei que alterará profundamente a organização administrativa e o poder local. -----

-----**Carlos Barbosa (PS):** Disse em resposta a João Paulo Alves que como não tinha funções ministeriais, o conhecimento do assunto seria equiparado ao do proponente.-----

-----**Décio Guerreiro (PSD):** Revelou não ter lido o documento e o que conhece dele vem no âmbito de esclarecimentos apresentados pelo Presidente da CIM. No entanto, aguarda que na sua sequência o funcionamento da CIM melhore, expondo a sua discordância pela forma como as decisões são votadas. -----

-----**Rosalina Martins (PS):** Disse ainda não ter lido o documento mas ter a intenção de o fazer e só a partir daí o poderá discutir. No entanto, disse concordar com algumas transferências de competências dos Municípios para as CIM, dando como exemplo a constituição de uma rede de transportes global. -----

-----Quanto à diligência efetuada junto dos Grupos Parlamentares, no assunto da reorganização territorial, informou ter sido transmitido por um deputado do PSD, que brevemente haverá uma lei-quadro, que irá permitir aos municípios definir os limites das suas freguesias e consequente reorganização administrativa.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Décio Guerreiro (PSD):** considerou pertinente trazer o documento à discussão e que é em torno de assuntos desta importância que deverá ser promovido o debate, para não acontecer como as freguesias e se futuramente forem chamados para se pronunciarem sobre o documento, é nesta fase que deve ser debatido.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Disse que o repto de Décio Guerreiro será tomado em consideração pela Mesa. Referiu ainda que no âmbito da rede das Casa do Conhecimento poderá promover-se um debate sobre a reorganização administrativa e que Paredes de Coura poderá acolher esse primeiro debate com convidados de diversos campos políticos, e de várias áreas do conhecimento.-----

### ORDEM DO DIA =

#### = APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICIPIO =

-----**Ponto n.º 1 - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município, bem como da sua situação financeira, nos termos da al. e) do art. 53º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro.**-----

-----**Presidente da Câmara:** Reportando-se à clareza do documento, disse sujeitar-se às questões que quisessem formular.-----

-----**Joaquim Lopes:** Disse que o assunto não constava da informação mas quis alertar para a falta de recepção televisiva, facto que aconteceu recentemente e de que seria conveniente que tomassem providências de forma a impedir que voltasse a acontecer.-----

-----**Vereador Manuel Monteiro:** Disse que era assumido pela PT, já no ato de migração, que havia no concelho zonas com pouca cobertura e zonas sombra. Quanto ao apagão de dois dias completos, informou terem sido originados, de acordo com informações colhidas junto dos serviços da PT, por problemas de avaria no fornecimento de energia ao retransmissor da Pena.-----

-----Comunicou que em reunião com o administrador responsável, manifestou a preocupação de um concelho com cerca de um terço de idosos, que nesta fase vive mais dentro de casa, a televisão é uma companhia importante. Advertiu-o ainda de que o concelho, como Paredes de Coura, pequeno e isolado, sofre sistematicamente, deste tipo de falhas.-----

-----Deu conhecimento de endereços da PT e da ANACOM, com linhas gratuitas para onde podem dirigir as reclamações.-----

-----Por fim solicitou que sempre que aconteçam situações idênticas as transmitam através desses telefones e as reportem ao Município.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Décio Guerreiro** - na sua qualidade de coordenador de avarias da área de Paredes de Coura, solicitou que lhe indicassem as falhas de energia. -----

-----O Vereador Manuel Monteiro informou que lhe tinham manifestado que as falhas de energia se deviam a deficiência no próprio retransmissor. -----

### = DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2013 =

-----**Ponto nº 2. Proposta de Opções do Plano e Orçamento, que integra o Mapa de Pessoal, para o ano de 2013, bem como a autorização para proceder à contração de um empréstimo de curto prazo, para acorrer a dificuldades de tesouraria, no ano de 2013, previsto no nº 7 do artigo 38º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, no valor de € 600 000,00.**-----

----- **Presidente da Câmara:** Afirmou que perante a Lei dos Compromissos haverá muita dificuldade no cumprimento das promessas feitas junto do eleitorado. -----

----- Relativamente ao orçamento para o ano de 2013 que apresenta uma diminuição em relação ao ano anterior de 12% (passa de 23 049 080 euros para 20 353 760 euros). Esta diminuição deve-se, essencialmente, à redução das despesas de capital ao nível das aquisições de bens de capital (investimento direto da Autarquia). -----

-----No tocante às despesas correntes a sua composição, altera-se relativamente ao ano transacto. As despesas de pessoal apresentam um aumento, em consequência da reposição do subsídio de natal a todos os funcionários e a um agravamento da taxa contributiva para a Caixa Geral de Aposentações (esta taxa passa de 15% para 20%, por força do disposto no OE 2013). As aquisições de bens e serviços apresentam também um decréscimo, enquanto os encargos financeiros apresentam um aumento considerável atendendo aos juros a pagar decorrentes dos atrasos nos pagamentos havidos em anos anteriores. -----

-----No ano de 2013, o investimento efetuar-se-á, essencialmente, ao nível das funções sociais e económicas. O nível social que representa mais de 50% do valor global das grandes opções justifica-se pelo elevado investimento em saneamentos e na biblioteca. De igual modo, a educação e os apoios sociais são uma aposta, no próximo ano, como forma de mitigar os efeitos da crise no seio das famílias. Esta aposta permitirá garantir às crianças e jovens a sua formação e educação, assim como o acesso a atividades culturais, quer da organização da própria Autarquia, quer das proporcionadas pelas diferentes instituições do concelho, cujos apoios serão mantidos. -----

-----Ao nível económico, destaca-se a melhoria em infraestruturas rodoviárias que foram afectadas pela realização das obras de saneamento. -----

-----De realçar o facto do serviço da dívida representar, apenas, 4,3% do valor total das GOP's, apesar da incorporação dos encargos com o empréstimo contratado com o Estado, no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local – PAEL. -----

-----Estas opções do plano apresentam um valor inferior ao do ano anterior, em cerca de 20%. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Os investimentos serão feitos de forma faseada ao longo dos próximos anos, de modo a cumprir o preceituado na lei dos compromissos, cuja entrada em vigor condicionou toda a atividade da Autarquia. -----

-----**Décio Guerreiro**, Quanto ao empréstimo disse que a votação do PSD deveria de ser favorável. Relativamente ao mapa de pessoal, que os ajustamentos têm que ser feitos e num momento em que os trabalhadores têm sido massacrados, não vê inconveniente que a votação também seja favorável. --

-----Quanto ao orçamento e ao valor de onze milhões seiscentos e cinco mil novecentos e quarenta euros e vinte e dois cêntimos, das despesas de capital, que consta do resumo das receitas e despesas do Orçamento, questionou qual o montante das obras executadas que não estão pagas e assim, qual a parte restante. -----

-----**Presidente da Câmara**: Relativamente às considerações de Décio Guerreiro, expôs que, sempre que seja necessário criar postos de trabalho, será necessária a aprovação da Assembleia municipal, tendo esta, assim, a oportunidade de se pronunciar. -----

-----Quanto ao empréstimo apreciou que não levantasse qualquer objeção, já que é uma estratégia para acudir a alguma necessidade urgente, sabendo de antemão que no final do ano tem de estar, integralmente, pago. -----

-----Quanto ao valor referido dos cerca de onze milhões de despesas de capital, disse incluir os encargos com os empréstimos, os encargos com as obras do saneamento que ultrapassam os dois milhões de euros; a obra das Portas do Corno de Bico, da qual ainda está em dívida cerca de um milhão e duzentos mil euros e ainda parte da Biblioteca. Inclui também, a verba destinada à obra de repavimentação da estrada municipal de Bico a Parada, estimada entre os duzentos a trezentos mil euros. -----

-----**Carlos Barbosa**: referiu que, como todos sabem, os orçamentos nunca correspondem inteiramente aos anseios e expectativas de todos, não fossem os recursos escassos e as necessidades ilimitadas. Assim, e considerando que este não é o melhor orçamento que têm nos últimos anos, é o orçamento possível. E que reflete aquilo que as opções de um ano de profunda crise em que não há dinheiro para mais e em que se insere perfeitamente na atual conjuntura do País. Por isso, é um orçamento realista, rigoroso e pragmático que, mesmo assim, vai de encontro ao compromisso eleitoral e em particular vai de encontro aos anseios das juntas de freguesia. Em muitos municípios, nesta noite votam-se orçamentos de base zero que dão resposta exclusivamente às necessidades correntes do dia-a-dia. Em Paredes de Coura, o Executivo conseguiu ir mais além e mesmo numa perspectiva de saneamento financeiro e combate ao endividamento, continua a apostar nas áreas mais fundamentais para o desenvolvimento do concelho: na educação, no apoio social, no saneamento, no ambiente, na cultura, na reabilitação urbana, na rede viária, no desporto. Por tudo isto, o grupo Municipal do Partido Socialista votará favoravelmente os documentos que são propostos. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----As Opções do Plano e Orçamento, que integra o Mapa de Pessoal, para o ano de 2013, foram aprovados, por maioria, com 39 votos a favor, sendo 27 do PS e 12 do PSD, e 3 abstenções sendo 2 do PCP e 1 do PSD.-----

-----A autorização para contração de empréstimo, no valor de € 600 000,00, foi aprovada por maioria, com 41 votos a favor, sendo 27 do PS, 12 do PSD, e 2 do PCP e 1 voto contra do PSD.

-----Estas deliberações foram aprovadas em minuta, por unanimidade, para que possam produzir efeitos imediatos.-----

### = ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2012 =

-----Ponto nº 3. Proposta da Câmara Municipal de alteração ao Mapa de Pessoal de 2012.-----

-----Presidente da Câmara informou que a presente alteração é referente à clarificação dos conteúdos funcionais, para se poder dar continuidade aos procedimentos concursais.-----

-----Este ponto foi aprovado, por maioria, com 41 votos a favor, sendo 27 do PS, 12 do PSD, 2 votos do PCP e 1 voto contra do PSD.-----

-----Esta parte da ata foi aprovada em minuta, por unanimidade, para que possa produzir efeitos imediatos.-----

### = ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL =

-----Ponto nº 4. Proposta da Câmara Municipal de abertura de procedimento concursal comum para preenchimento de seis postos de trabalho.-----

-----Presidente da Câmara: Informou que estão a terminar cinco contratos de trabalho. De acordo com a legislação em vigor, apenas se poderia proceder à renovação de cinquenta por cento, contudo, verificando-se que todos os postos de trabalho são necessários para o funcionamento dos serviços e que o seu não preenchimento cria dificuldade na gestão de pessoal, agravando-se nas situações de ausência por faltas e por férias.-----

-----Informou ainda da necessidade de preencher uma vaga de motorista habilitado para condução de máquinas especiais e de transporte de passageiros, deixada por aposentação.-----

-----José Pereira da Cunha: Considerou que com a aposentação dos funcionários seria a oportunidade de reduzir ao mapa de pessoal. Que seria mais económico ao Município recorrer a uma empresa para o fornecimento do serviço de motorista.-----

-----Presidente da Câmara: Esclareceu que a contratação de um motorista habilitado para a condução dos dois camiões do lixo, das máquinas industriais e ainda do autocarro é extremamente necessária para o bom funcionamento dos serviços, já que, há apenas um trabalhador habilitado para o fazer.-----

-----Quanto à redução do mapa de pessoal, informou que é o que tem vindo acontecer gradualmente, informando que atualmente há cento e sessenta e nove trabalhadores, incluídos os cinquenta trabalhadores afetos aos estabelecimentos de ensino.-----

MANDATO DE 2009 /2013



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Relativamente à evolução dos recursos humanos da autarquia esclareceu que excluídos os trabalhadores afetos à educação, em 31-12-2008, havia 145 trabalhadores; em 31-12-2009, havia 132; em 31-12-2010, contava com 124 e em 31-12-2011, com 129. -----

-----Neste momento, o que se pretende não é aumentar ao mapa de pessoal, mas manter os postos de trabalho ocupados. Quanto a recorrer a uma empresa para o serviço de motorista a tempo inteiro, não considerou a solução mais adequada, para resolver essa situação. -----

-----**Maria Emília Martins:** Na sua qualidade de ex-coordenadora da escola básica disse que no concurso anterior para assistentes operacionais da escola, gostava de que uma das vagas tivesse sido preenchida por uma trabalhadora, que considerou uma trabalhadora ótima e sempre a preferida para trabalhar com as crianças com necessidades educativas especiais. -----

-----**Presidente da Câmara:** Esclareceu que a trabalhadora em causa tinha sido eliminada num dos métodos de seleção. -----

-----**Submetida à votação a proposta da Câmara Municipal de abertura de procedimento concursal comum para preenchimento de seis postos de trabalho foi aprovada, por maioria, com 41 votos a favor, sendo 27 do PS, 12 do PSD; 2 votos do PCP e 1 abstenção do PSD.-----**

-----**Esta parte da ata foi aprovada em minuta, por unanimidade, para que possa produzir efeitos imediatos.-----**

### **= ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS, NOS TERMOS DA LEI Nº 49/2012 =**

-----**Ponto nº 5.** Proposta da Câmara Municipal de adequação da estrutura orgânica às regras e critérios estabelecidos previstos na Lei nº 49/2012, de 29 de agosto – Organização dos Serviços do Município de Paredes de Coura e respectiva proposta de Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Paredes de Coura. -----

-----**Presidente da Câmara:** Esclareceu que de acordo com a Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, que aprova o estatuto do pessoal dirigente, o Município tem de adequar a sua estrutura orgânica às novas regras. -----

-----Assim, a proposta vai no sentido de criação de um departamento municipal e a criação até ao número máximo de cinco unidades flexíveis, sendo três de 2º grau, ou seja de chefia de divisão e duas de 3º grau. -----

-----Poderá prover mais de dois chefes de divisão desde que não haja provimento do cargo de diretor de departamento, ficando preenchidas a Divisão de Educação, Cultura e Ação Social, Divisão de Urbanismo e Ambiente e Divisão de Obras e Serviços Municipais e um cargo de direção intermédia de 3º grau. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Informou ainda que as comissões de serviço em vigor irão manter-se até ao final do respectivo período.-----

----- Este ponto foi aprovado, por unanimidade.-----

----- Esta parte da ata foi aprovada em minuta, por unanimidade, para que possa produzir efeitos imediatos.-----

### **= ABONO PARA DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO =**

-----Ponto nº 6. Proposta da Câmara Municipal de atribuição de abono para despesas de representação aos titulares de cargos dirigentes da Câmara Municipal. -----

-----Presidente da Câmara referiu que também de acordo com a legislação citada no ponto anterior é competência da Assembleia Municipal a atribuição do abono para despesas de representação aos titulares de cargos dirigentes da Câmara Municipal e que, de acordo com a legislação que vigorava anteriormente, esse abono era inerente ao cargo, assim, entende que deverá manter-se esse direito, submetendo, assim, à autorização da Assembleia. -----

-----Submetida à votação, a proposta da Câmara Municipal de atribuição de abono para despesas de representação aos titulares de cargos dirigentes da Câmara Municipal, foi aprovado, por unanimidade.-----

-----Esta parte da ata foi aprovada em minuta, por unanimidade, para que possa produzir efeitos imediatos.-----

### **= AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS =**

-----Ponto nº 7. Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos. -----

-----Presidente da Câmara: Esclareceu que, de acordo com a Lei dos Compromissos, os pagamentos têm de ser autorizados pela Câmara e pela Assembleia. No entanto, a Lei permite que o Presidente da Câmara possa assumir compromissos até nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos, dando posteriormente conhecimento à Assembleia Municipal. Caso o valor seja superior fica sujeito à autorização prévia da Assembleia. Considerou esta autorização necessária para a celeridade dos serviços.-----

-----A proposta de autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos foi aprovada, por unanimidade.-----

-----Esta parte da ata foi aprovada em minuta, por unanimidade, para que possa produzir efeitos imediatos.-----

-----Relativamente ao ponto respeitante a alteração de tarifários, que por lapso foi solicitado incluir na ordem de trabalhos, no início da sessão, e após esclarecimento que é assunto unicamente da competência da Câmara Municipal, foi retirado. -----

### **= INTERVENÇÃO DO PÚBLICO =**

-----Não houve intervenções.-----



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**= ENCERRAMENTO =**

-----E nada mais havendo mais a tratar foi encerrada a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo que de tudo, para constar se lavrou a presente acta que depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Presidente e pela Secretária. -----